

2008/02/19

A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DO TERRORISMO[1]

Tiago Alexandre Maurício

É impossível analisarmos a obra “O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente” sem, paralelamente, analisarmos a obra “A Grande Mentira” [2], do mesmo autor, mas de publicação prévia. Com efeito, as duas imiscuem-se em vários pontos e chegam até a complementarem-se a respeito de algumas matérias. De tal forma assim o é que logo nas palavras introdutórias lemos: “Este pequeno ensaio vem na sequência de outro pequeno ensaio, publicado em 2004 com a designação de ‘A Grande Mentira – Ensaio sobre a Ideologia do Estado’[3]”. Logo, tomaremos a liberdade de analisar a importância da geopolítica do terrorismo através da lente analítica destas respectivas obras.

Ambos os livros debruçam-se sobre um fenómeno muitas vezes esquecido pela tradicional literatura crítica das grandes escolas de pensamento do mundo dito industrializado, o qual parece tomar a dianteira na elaboração das grandes doutrinas que definirão o rumo às correntes políticas, económicas e sociais do futuro. A ideologia, per se, aparece mais como um artefacto herdado de manifestações colectivas em momentos históricos dos quais ninguém possui um olhar científico suficientemente distante para discutir construtivamente sobre. Com efeito, criaram-se alguns estigmas envoltos do conceito de ideologia, sendo muitas vezes associada ao nazismo, fascismo, comunismo, e outros “ismos” que mancham algumas páginas da História recente de muitos países.



No entanto, e como nota o autor, a própria concepção populista de que a era das ideologias terminou é ela própria o resultado de um entendimento da vida e fazeres públicos, internos e internacionais, de tal forma totalitarista que nada mais conclui do que a completa realização de uma ideologia vencedora. Ao rematarmos prontamente as várias manifestações de ideologias com que o Ocidente se deparou como tal, estamos implicitamente a reconhecer a nossa como mais válida e universal das restantes. E contudo, não será este pré-conceito uma manifestação de uma ideologia que, pela sua abrangência e profundidade, já não lhe conseguimos ver os limites? Não será o politicamente correcto apenas um mecanismo de garantir a subserviência voluntária de comportamentos e ideias a um conjunto de valores que hoje tomamos por universais e dogmáticos? Não existirá uma colectividade da qual emana esta ideologia, procurando adaptar-se, como todas as ideologias, às várias transformações que enfrentam o status quo do sistema criado?

O presente trabalho, assim como as obras sobre as quais baseamos as nossas reflexões, procurará responder as estas perguntas de referência, tentando simultaneamente analisar quais os processos, actores e sistema responsáveis pelo actual state-of-the-art das relações internacionais.

Operacionalização de conceitos

Antes de prosseguirmos com a respectiva análise, é fundamental codificarmos conceptualmente quais os conteúdos inseridos nos termos “terrorismo”, “ideologia” e “Ocidente”, pois apenas quando definirmos com relativa precisão o que cada um significa, poderemos avançar na sua explanação. Tomando as próprias palavras do Professor, a)todo o terrorismo é acto político; b)o terrorismo é instrumental, ou seja, é um meio e não um objectivo final; c)para o entendimento da lógica do terrorismo há que considerar, em separado, os seus propósitos imediatos dos mediatos, [...]; ed)o critério do benefício objectivo é fundamental para a definição da lógica do terrorismo.

[4]Etimologicamente, o termo terrorismo advém da designação do período que se sucedeu à Revolução Francesa de 1789, o qual ficou para a história como o Reino do Terror. Contudo, esta não é a única, nem sequer a oficial, definição do significado de terrorismo. Ao próprio nível da Organização das Nações Unidas falhamos em encontrar consenso. O único documento com uma clara alusão à definição de terrorismo é aquela contida na Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 49/60, em que diz:

Criminal acts intended or calculated to provoke a state of terror in the general public, a group of

persons or particular persons for political purposes are in any circumstance unjustifiable, whatever the considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or any other nature that may be invoked to justify them. [5]

Em suma, aqui reúnem-se as principais teorias que definem o que é o terrorismo. De facto, e embora muitos autores avancem ainda com numerosas tipologias referentes à metodologia aplicada, aos objectivos, áreas de acção, alvos, etc., parece-nos importante realçar a natureza essencialmente subversiva do indivíduo, grupo ou organização terrorista. Sendo política, ou por outras palavras, animada de uma qualquer percepção ou concepção da res publica, ou coisa pública na tradição romana, toda a acção terrorista tem por objectivo alterar o equilíbrio político, económico e social vigente com vista a atingirem objectivos específicos, isto é, infligir num todo sistémico um factor de mudança não-sistémico.

À caracterização supra, acrescentaríamos ainda que o terrorismo é um mecanismo de subversão de uma colectividade contra outra, adquirindo não só uma acepção antropológica como também estratégica. Por definição, estratégia é o conjunto de pressupostos, processos e avaliações que procuram descortinar qual a melhor forma de uma entidade satisfazer os seus interesses e objectivos, maioritariamente mas nem sempre em detrimento de outrem. Embora a Soma Variável tenha vindo a ganhar alguma importância nas relações internacionais, continua a vingar a preponderância da dicotomia de Schmitt [6] que assenta na distinção entre amigo e inimigo. Portanto, simultaneamente a uma análise geopolítica do terrorismo subjaz outra, referente à (geo)estratégia do terrorismo. No entanto, o que importa reter é a dualidade marcadamente maniqueísta que rege todas as dinâmicas existentes entre aquele indivíduo ou grupo que prosseguem acções terroristas, daquele outro grupo que sofre as mesmas.

Relativamente ao conceito de ideologia, e na ausência de uma definição operacional unilinear, consideraremos toda a acção e omissão política conducente ou respeitante a uma corrente mainstream, responsável pela agregação de um conjunto de lugares-comuns e pressupostos societários de uma percentagem maioritária da comunidade, e posterior formação de um sistema político definido. A ideologia, ou senso comum maioritário, é então constituído por um conjunto de valores, percepções, concepções e dialécticas focadas na interpretação de uma doutrina política que adquire uma mobilização que ambiciona a construção de um sistema. Conforme a sua obra *Ciência Política*, ideologia é “[...] a força social à qual corresponde uma doutrina produzida num sistema complexo de causa e de efeito.” [7]

Nestes sistemas de ideias, e à semelhança de outros, como os religiosos, místicos, científicos, entre outros, reúnem-se entendimentos e interpretações diversas, por vezes empíricas, que procuram explicar a realidade segundo uma narrativa coerente e auto-esclarecida, isto é, que encerre em si mesma as perguntas e respostas sobre o todo político, quer se trate de uma “organização, prioridade, opção, escala de valores, alternativa, em suma, na vida humana, económica, cultural, social religiosa e política.” [8]

Para finalizar, e avançando para o conceito que maior imprecisão invoca, é agora tempo de caracterizar o significado do termo Ocidente. Este é um espaço que conglobera diversas realidades político-sociais nem sempre coincidentes, mas que têm de si uma ideia de comunidade partilhada e sentimento de pertença a essa denominação. Em termos históricos, é constituído pela Europa Central e Ocidental, estendendo-se até às antigas colónias imperiais britânicas e francesas, e que após a descolonização mantiveram voluntariamente uma certa proximidade com as mesmas, como é o caso dos Estados Unidos da América, Canadá, África do Sul, Austrália, etc. Em termos políticos, definiríamos o Ocidente como o conjunto de países que partilham um sistema democrático representativo assente numa tripartição de poderes à maneira de Montesquieu, com partidos políticos que se alternam no poder. Desta forma, aos Estados acima mencionados acrescentaríamos o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, o Brasil, o México, e tantos outros que perderíamos certamente qualquer noção de contiguidade territorial ou definição geográfica precisa. As duas definições parecem-nos, então, insuficientes para servirem de fundamento científico a qualquer dissertação sobre a temática em apreço.

Há ainda a considerar uma possível comunidade supranacional abrangente aos Estados de língua ou expressão anglo-saxónica ou francesa, o que, de certo modo, não deixa de corresponder a parte da verdade pois dada a dispersão dessas comunidades linguísticas, os sistemas políticos e seu modo de actuação no sistema internacional demonstram alguns pontos de convergência como o sejam a promoção da democracia, a adopção de economias de mercado, tripartição dos poderes executivo, legislativo e judicial, laico, e demais factores que compõem as respectivas sociedades políticas. No entanto, assim deixaríamos de parte o Japão, a Coreia do Sul, Portugal, Espanha, Itália, e tantos outros actores das relações internacionais que indubitavelmente são associados a essa entidade informe e flexível a que designamos por Ocidente. Com Samuel Huntington e o seu “O

Choque das Civilizações” vemos ainda mais reduzida esta dimensão política, pois nela apenas incluiríamos a Europa Central e Ocidental, juntamente com a América do Norte, excepto México, e a Austrália. A resposta terá necessariamente que respeitar outros factores, que intangíveis, melhor nos ajudem a entender todo o espectro multidimensional respeitante ao termo.

Para tal recorreremos novamente a Schmitt, cujas comunidades de destino sumariam a existência de uma ordem quase tácita que se estabelece entre realidades político-históricas, leia-se Estados, e que por cujas comunidades inferiores vêm autonomizado um sentimento de pertença (sense of belonging) a uma comunidade superior partilhada de futuro. Desta forma, por Ocidente compreende-se todo o conjunto de comunidades políticas que tomam elas próprias parte nesta comunidade de destino por se perspectivarem no presente e no futuro como tal.

Em termos geopolíticos, todas estas concepções apenas demonstram a extrema flexibilidade e versatilidade que esta entidade apresenta, sendo capaz de imprimir com um grau elevado de mutabilidade e adaptabilidade diferentes forças no sistema internacional conforme as pretensões dos membros que o constituem. Sendo certo que no topo desta comunidade se encontram países como os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido, o Japão e a Alemanha, pelo seu poder e capacidade de influência no sistema internacional, diríamos então que a inserção geográfica desta comunidade geopolítica transita os limites entre uma clara definição geopolítica, e um conglomerado mais ou menos determinado de interesses variados. Por força da lei da parcimónia, entendermos o Ocidente como aquele acordo tácito que encontra manifestações em diversas esferas da sociedade internacional, mantido e utilizado por uma comunidade anglo-saxónica alargada de interesses. Embora não reconheçamos a existência de um sistema unipolar dominado exclusivamente pelos Estados Unidos, entendemos que esta comunidade anglo-saxónica é aquela responsável em maior grau pela projecção de política externa, formal (alianças militares, acordos económicos, hard power) e informal (empresas multinacionais, organizações não-governamentais, soft power), mais significativa ao nível internacional, na qual incluiríamos o Reino Unido, Canadá, Austrália, e potências aliadas e a ela subordinadas, como o Japão, França, Alemanha, etc.

Tipologia do terrorismo

À semelhança do esquema apresentado na obra em apreço, mas aprofundado nas obras “Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão”[9], e “A Subversão do Estado”[10], afigura-se vital um breve esclarecimento sobre quais as várias dimensões que o fenómeno do terrorismo pode encerrar enquanto conceito inserido no léxico da Teoria das Relações Internacionais. Assim, temos:

A. Origem, (ou amplitude geográfica da qual emergem organizações terroristas)

I. Localizada: surgem de tensões e cenários localizados (ex. FARC, Tigres Tâmil);

II. Regional: advém de uma conjuntura generalizada e multidimensional, favorável à emergência de organizações terroristas (ex. Al-Qaeda, Jihad Islâmica);

B. Natureza da Missão (ou substrato social que confere legitimidade)

I. Elitista: aquela que serve os propósitos exclusivos da organização terrorista sem atender, inequivocamente, a uma legitimidade populista do seu projecto de acção (ex. ETA, IRA);

II. Populista: toda a missão que emerge de um descontentamento generalizado das populações oprimidas, e que subsequentemente apoiam incondicionalmente os meios pelos quais a organização prossegue os seus fins (ex. Al-Fatah, Frente Polisário);

C. Recrutamento (ou tipos de adesão à organização)

I. Quantidade

i) Restritiva: quando são escolhidos indivíduos que respeitam um certo perfil político-ideológico determinado e congruente com aquele da elite na chefia, ou qualquer outro critério selectivo de discriminação (ex. IRA, Hezbollah);

ii) Alargada: é indiscriminado o número de pretendentes a recrutamento para as fileiras da organização terrorista, sendo até verificável a existência de várias tendências político-ideológicas internas divergentes (ex. Al-Qaeda, com o dilema regionalização vs. globalização; Al-Fatah, com divergências relativas à metodologia diplomática da OLP);

II. Qualidade

i) Político-Ideológica: o recrutamento respeita um conjunto de valores e percepções político-

ideológicas que conferem uma certa homogeneidade à organização (ex. IRA, Exército Vermelho);

ii) Técnica: responsável pela satisfação de determinados requisitos funcionais da organização, como o financiamento, construção de bombas, venda de armas, propaganda, etc. (Al-Qaeda com recrutamento dos pilotos do ataque a 11 de Setembro de 2001; Culto Aum Shinri-kyo com aquisição e utilização de gás Sarin no ataque no Metropolitano de Tóquio, 1995);

iii) Institucional: nos casos em que a organização terrorista obtém apoios de instituições, nomeadamente Estados (ex. Hezbollah, Hamas);

D. Finalidades dos Ataques (ou objectivos prosseguidos)

I. Sociais

i) Psicológicas: todo o tipo de operações ou actos terroristas que visam “um constrangimento mental” nos indivíduos das populações-alvo, sendo portanto genérica a toda a organização terrorista;

ii) Sociológicas: quando os actos pretendem condicionar e/ou influenciar a opinião pública das populações-alvo, actuando na chamada “psique colectiva” por forma a ficar alertas para as reivindicações, para a existência da organização, para um determinado problema, ou outros factores;

iii) Políticas: ambiciona a influência e/ou alteração de agendas políticas, da estabilidade política em geral, ou do relacionamento entre a elite política e as populações, ou entre aquela e outros Estados;

iv) Religiosas: os ataques que se destinam a afectarem determinadas comunidades religiosas;

v) Económico-Energéticas: não descurando as anteriores dimensões, também elas vitais e interligadas no âmbito das actividades terroristas, consideraríamos aqui os fins que afectam a produção de energia, o funcionamento de instituições financeiras, sistemas de distribuição de electricidade, e outras infra-estruturas basilares para a estabilidade económica do país, ou de outra colectividade atacada;

II. Objectivos

i) Imediatos: criar pânico, espalhar o medo, generalizar o sentimento de incapacidade nas massas[11];

ii) Mediatos: dialogar com o Estado e impor-lhe as suas condições, quando não mesmo substituir o dito Estado na sua sede do poder político[12];

E. Amplitude das Consequências (ou nível de afectação/reacção aos actos)

I. Geografia

i) Local: nos ataques através dos quais apenas se obtém um efeito societal muito específico e quase irrelevante para a conjuntura política interna e internacional;

ii) Nacional: os efeitos repercutem-se a nível nacional, afectando a ordem política e social do Estado ou colectividade lesada;

iii) Regional: quando os ataques terroristas alteram significativamente o equilíbrio político-diplomático entre dois ou mais Estados, levando-os a adaptarem-se às acções prosseguidas pelo grupo subversivo;

iv) Global: nos casos extremos em que a Comunidade Internacional sofre directa ou indirectamente com as consequências perpetradas por um ou vários grupos terroristas e suas actividades;

II. Longevidade

i) Circunstancial: isto é, as consequências não vão além dos danos imediatamente causados;

ii) Temporária: embora ainda de curta duração, é aquela que se caracteriza por uma pequena repercussão societal subsequente ao acto em si;

iii) Conjuntural: aquelas consequências que conseguem obter um efeito multiplicador em todo o sistema internacional, estendendo-se à totalidade do mesmo, com efeito de feedback e loopback alargado;

iv) Estrutural: os poucos ataques que resultam numa alteração substancial do state-of-the-art

internacional, implicando uma capacidade homeostática de readaptação dos aparelhos repressivos do Estado e dos Estados para combater eficazmente as causas e efeitos da nova ameaça emergente;

F. Actividades (ou selecção dos alvos)

I. Indiscriminadas: todos os atentados e agressões que visam generalizar um dano de monta a um paciente previamente indefinido, anónimo ou indistinto. É relativamente irrelevante quem morre ou fica ferido, desde que mora ou fique ferida muita gente [13];

II. Selectivas: visa-se um alvo concreto, que se quer pressionar, eliminar, que se quer chantagear, fazer desaparecer de cena ou condicionar de forma definitiva, com a vista a alterar o paralelogramo de forças ou o circunstancialismo político de uma determinada correlação vigente;[14]

G. Apoios Logísticos[15] (ou proveniência dos financiamentos)

I. Apoiado por Estados violadores das leis internacionais: como instrumento de política internacional;

II. Apoiado por organizações independentes: o financiamento recorre a actividades ilícitas como o tráfico de drogas, o contrabando de produtos ilegais, ...;

III. Apoiado por grupos específicos: que financiam a maioria das acções subversivas;

Breve referência histórica

Embora o fenómeno do terrorismo seja objecto de análise particularmente intensa nos tempos mais recentes, seria erróneo assumirmos que é exclusivo ao século XXI. Com efeito, considerando todo o período que abrange o final da II Guerra Mundial até à actualidade, seremos forçados a reconhecer uma história do terrorismo com algumas décadas de existência e permanência no sistema internacional, sendo certo que é de assinalar as rápidas metamorfoses pelas quais tem evoluído. Não obstante, o primeiro evento de terrorismo a assinalar no decorrer deste período ocorreu no dia 23 de Julho de 1968, com a Frente Popular de Libertação da Palestina a desviar um avião da companhia aérea Al El com direcção a Roma, Itália. Dias depois, a 28 de Agosto, o Embaixador John Gordon dos Estados Unidos destacado para a Guatemala é morto por uma facção rebelde dita nacionalista que lutava contra a intromissão externa no país[16]. Desde então temos observado uma cronologia literalmente anual em referência a actos terroristas ocorridos um pouco por todo o mundo, mas com especial incidência em alvos norte-americanos.

Sobre o novo maniqueísmo

Dando título a um capítulo da obra em análise, a mudança mais substancial que observamos aquando o estudo do fenómeno do terrorismo internacional é, incontornavelmente, a evolução da retórica, metodologia e missão de ataques terroristas para uma dicotomia que opõe duas realidades que têm contribuído para as mais diversas alterações ao nível do sistema internacional desde que é possível identificar um – o sagrado e o profano. Com efeito, assente nesta dicotomia estão formas bastante variadas de pensar e viver o mundo, formas essas que condicionam inexoravelmente o comportamento de cada actor nas relações internacionais.

Recuando aos primeiros eventos terroristas no decorrer da Guerra-Fria, poderemos observar que os motivos político-ideológicos de justificação derivavam as mais das vezes de dissensões internas ou fenómenos a elas relativos. Desde os exemplos supra referidos, até aos inúmeros exemplos de desvios de aviões de passageiros (1969: Zurique, Damascos, Roma; 1970: Israel, Filipinas, Jordânia; 1970: Jugoslávia, Israel; ...; 1983: Avião da Gulf Air; 1985: Avião da Air India; etc.)[17], da explosão de bombas contra civis (Jerusalém [1968, 1969, ...], Munique [1970, 1972], Milão [1993] [18], e de outras variadas formas de terrorismo incluindo ataques a embaixadas e pessoal diplomático, sobretudo norte-americanos (Guatemala [1968], Japão e Brasil [1969], México [1970], Sudão [1973], lista que se prolonga até 2003[19].

No entanto, os países do Ocidente não são os únicos a sofrerem directamente com este tipo de ataques, e embora sejam menos mediatizados, poderemos facilmente encontrar exemplos de fenómenos terroristas na Rússia, China, Índia, Filipinas, Arábia Saudita, Irlanda do Norte, Espanha, entre muitos outros incluindo Portugal na sua guerra do ultramar [20]. Se algum fio condutor podemos estabelecer entre estes actos terroristas tão diversificados, é que respeitaram uma lógica de actuação internacional com vista a promoverem interesses internos. Por outras palavras, e parafraseando o Professor Adriano Moreira, constituem antes ataques internacionalizáveis e não propriamente internacionais[21], uma vez que não foram perpetrados por actores estatais mas antes por grupos que aspiravam a uma futura substituição da sede de poder.

Portanto, classificaríamos o terrorismo internacional do século XX um fenómeno de choque entre o aparelho Estado contra pretensões nacionalistas ou independentistas, contra inimigos internos ou externos que, de alguma forma, não foram devidamente acomodadas com o processo de criação do Estado-nação. Quer se trate de ataques na Chechénia, na Palestina, em Caxemira, na província de Xijiang na China, no País Basco, ou na Irlanda do Norte, o rol de justificações assenta maioritariamente nas pretensões subversivas de um ou vários grupos terroristas que encetam contra o poder instalado, apresentando eles próprios, e com alguma frequência, os seus projectos de alternativa ao sistema, quer por secessão territorial, ou por ascensão à classe política governante. Não obstante exemplos erráticos desta justificação político-ideológica, como aconteceu com o ataque ao World Trade Center em 1993, antevemos um ressurgimento de movimentos fundamentalistas islâmicos contra o mundo Ocidental, simbolizado não só pelo próprio World Trade Center, como também pelos EUA e a matriz de valores que anima o Ocidente.

Assistimos, pois, a uma mudança algo radical na natureza dos ataques terroristas para uma realidade altamente complexa e multifacetada que envolverá um dispêndio cada vez maior e internacionalmente coordenado. Se o terrorismo tradicional poderia ser combatido por táticas de terrorismo de Estado e contra-terrorismo, certamente que a natureza que o terrorismo hoje encerra requererá novas metodologias. Perante um inimigo informe e multicéfalo, capaz de movimentar-se flexivelmente num sistema globalizado e aproveitar o seu carácter subversivo para explorar as vulnerabilidades do mesmo, qualquer tentativa de fazer guerra frente a esta ameaça afigurar-se-á tremendamente esgotante. Ainda para mais quando o discurso amigo-inimigo é tão demarcado, impossibilitando qualquer tipo de diálogo ou negociação. Neste, o Ocidente laico e científico parece confrontar-se com uma hoste de fanáticos religiosos e devotos, de diversos credos, cuja repulsa pelo modelo civilizacional dito ocidental é de tal maneira intrínseca à própria existência desta oposição que constitui um pólo oposto de posição perante o mundo. Não mais assistimos a reivindicações contra o capitalismo norte-americano, onde quer que ele se encontre; agora a tónica assenta na própria revolta contra o capitalismo, sobre qualquer forma que este possa tomar. A linha de moderação também fica cada vez mais ténue, especialmente na facção terrorista, caso houvesse alguma. Cada vez existem mais apoiantes às suas causas e fundos disponíveis para os patrocinar, conferindo-lhes um alcance nunca antes observado.

Com efeito, este novíssimo maniqueísmo é constituído por um número alargado de outros maniqueísmos, como sejam aqueles que opõem Allah a infiéis, o Al-Corão ao Direito Internacional, muçulmanos a ocidentais, ou o Bem contra o Mal. Pior, estes binómios são prontamente defendidos por ambos os lados, o que reduz qualquer possibilidade de apaziguamento a uma mera utopia. Recorrendo ao testemunho de Al-Qurashi, um dos adjuntos de Bin Laden: "Como podem ser paradas pessoas que desejam a morte acima de tudo?"

Constantes identitárias

O Ocidente não é mais do que o resultado de um processo contínuo originário do Iluminismo, cujas raízes poderemos datar do século XVI e início da expansão do Euromundo, conforme descrição de Adriano Moreira[22]. Também referido na obra que serve de mote a esta breve dissertação, é um modelo civilizacional que sofreu diversas alterações, por vezes bruscas, mas que tem caminhado inexoravelmente em direcção a uma universalidade total, isto é, na qual o sistema ideológico, jurídico, económico, político, e acrescentaríamos religioso, se espalham ao longo de todo o sistema, hoje de escala mundial, para constituírem uma espécie de matriz de governo mundial.

Poderíamos então identificar pedras basilares que, à semelhança dos cinco pilares do Islão, servem de sustentação a todo o modelo civilizacional ora em análise. Em primeiro lugar teremos as Leis Gregas, e o primado dos fundamentos jurídicos de igualdade perante a lei, de Justiça, de liberdade e de responsabilidade da cidadania, perante uma classe política prosélita. Em segundo, o Legado Judaico-Cristão de respeito pelo outro, da sacralidade da vida, e do exercício das boas virtudes e práticas. Depois, a Ordem Romana de ordenamento, funcionamento e repressão da sociedade, homeostaticamente capaz de acomodar diversas comunidades étnicas, religiosas, linguísticas e culturais dentro de um todo coerente, com tendência para a construção de uma identidade Nação, supra local. De seguida temos o Liberalismo Económico da Escola Inglesa de Adam Smith, a qual advoga a superioridade do modelo capitalista liberal, sem intromissão do Estado nas actividades económicas. Em último lugar acrescentaria a Ideologia Oligárquica, tendencialmente Plutocrática, de índole pró-democrática que favorece a criação de grandes espaços nos quais se projectam as particularidades características do modelo originário.

Enumerados estes factores de poder, encontramos-nos agora capazes de averiguar as linhas de força que têm caracterizado a evolução deste espaço, um pouco à maneira de Jorge Borges Macedo na sua obra Constantes e Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa[23].

Linhas de força

O processo de construção do Ocidente foi, como aliás já referimos, um processo contínuo. Segundo o mesmo, sucessivas ameaças reais e potenciais condicionaram de forma determinante a evolução desta construção, ora por substituição da classe política governante nos vários países constituintes (magnicídios, revoluções, golpes de Estado, etc.), das potências directoras que definiam o rumo evolutivo (Portugal, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América), do conjunto de inimigos que prometiam derrubar a ordem instaurada (Império Otomano, Império Russo, Império Mongol, Nazismo), e ainda ameaças internas que actuavam no interior do sistema, corrompendo e forçando-o a adaptar-se num determinado sentido (Reforma Protestante, Independência dos EUA e restantes Revoluções Atlânticas).

No entanto, poderemos identificar uma certa continuidade evolutiva na forma como os vários acontecimentos foram alterando o status quo vigente, numa constante dicotomia entre Tradição e Revolução, adaptação e inovação. A linha de força mais demarcada é, contudo, a de qualquer organismo vivo, isto é, a de se expandir até encontrar obstáculos ao seu crescimento. De facto, as concepções de poder de Kjellén proferidas na obra *O Estado como Forma de Vida*[24] adaptar-se-iam com impressionante acuidade para o raciocínio em causa, pois não se tratando propriamente de uma entidade politicamente autónoma, como no caso do Estado, objecto de estudo daquele sueco germanófilo, aplicar-se-iam certamente a uma entidade ideológica mais alargada. Aliás, os seus Quatro Postulados[25] são um testemunho de um organicismo estatal operante ao nível macro, pois suplantam as restritas fronteiras do aparelho de Estado, mesmo quando este ascende a um estatuto imperial hegemónico.

Considerando a origem geográfica do Ocidente sedeada no Euromundo, ou por outras palavras, no conjunto de convivências, práticas, costumes, arranjos, tratados, princípios e fundamentos dos relacionamentos que pautavam as interações entre os actores Estados na Europa, sobretudo a partir da Paz de Vestefália de 1648, podemos então perspectivar toda uma projecção de poder e influência em direcção ao exterior, primeiramente dirigida às colónias dos impérios europeus, depois à afectação das conjunturas internacionais regionais de actuação dos impérios, mas onde estes não eram exclusivos, como foi o caso do interior da África Meridional, Médio Oriente, Ásia Central e interior do Sudeste Asiático[26]. Embora sejamos capazes de identificar um acordo tácito de governação nos respectivos espaços, teremos necessariamente que referir a fraca ou inexistente profusão do sistema político-ideológico, jurídico e económico nos referidos espaços.

Caído o regime imperial colonial, o sistema Ocidental necessitou de adoptar outros mecanismos de crescimento e propagação recorrendo para tal a novas metodologias em estrita concordância com o seu substrato político-ideológico, pois este serve-lhe de sustentação e legitimação. Surgem então, com especial acervo, instituições internacionais de um pós-guerra causado por uma ameaça estrutural ao próprio sistema, pelas mãos de uma ideologia fascista e outra nazista, em território europeu mas com ambições abrangentes a outros espaços tradicionalmente exíguos ao Ocidente, nomeadamente o Magrebe e o Leste Europeu, incluindo Rússia, juntamente com um ressurgimento imperialista no Extremo Oriente. Contudo, a preponderância favorável ao Ocidente prevalece, e confere-lhe a capacidade indiscutível de reformular todo um sistema internacional de âmbito mundial conforme aprouver a elite oligárquica governante interdependente, constituinte da vanguarda dos diversos países charneira deste bloco, inquestionavelmente liderados pelos EUA.

Entretanto, e não sem alguma previsibilidade, surge a Leste um novo inimigo que ameaça não só a integridade estrutural do sistema, como a sua própria existência. O Comunismo e o seu Comité Central do Partido Comunista, economia planificada e central, e Doutrina Brejnev, que antes de o ser já o era, aliado a instituições dinamizadoras dos interesses e estrutura político-ideológica própria, como o Cominform e Comintern, para não falar do KGB, asseguram-se de garantir ao bloco opositor uma ameaça constante e de tal forma potencialmente destrutiva que rapidamente globaliza a dicotomia existente na forma de um novo maniqueísmo[27]. Não nos alongaremos nesta breve resenha histórica dos últimos cinco séculos de História para justificarmos o actual state-of-the-art das relações internacionais, sendo que para a qual afigura-se essencial a leitura da obra magistral de Kissinger, *Diplomacia*[28], mas ficaremos contudo com o actual sistema Ocidental encontra-se globalizado, mas nunca antes fora tão globalizado como o é presentemente. Efectivamente, com a fragmentação do bloco soviético, a única superpotência vencedora e sua hierarquia de potências têm-se assegurado de perpetuar a sua expansão no sistema internacional, através do alargamento da sua Governance.

Isto implica uma actuação global, expectavelmente assistida de um planeamento estratégico de igual amplitude com vista ao prosseguimento de interesses e objectivos que melhor capacitem a utilização das vantagens relativas detidas pelos agentes do Ocidente, socorrendo-se para tal de variados mecanismos dinamizadores de potencialidades, como o sejam a Organização das Nações

Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Grupo dos Sete/Oito, a Conferência de Davos, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e demais fóruns multilaterais de actuação internacional. Surpreendentemente, não encontramos nas lideranças destas e outras instituições figuras que não sejam Ocidentais, ou que de potências do Ocidente não tenham recebido o seu consentimento. A Governance é definitivamente o novo paradigma das relações internacionais, e o seu agente é o Ocidente.

Governance

govern-ance[guhv-er-nuh ns] –noun 1. government; exercise of authority; control. 2. a method or system of government or management.[29]

Segundo as mais recentes publicações de dicionários de língua portuguesa, o termo Governance não encontra definição. Recorrer a um dicionário de língua inglesa é, pois, a única solução para iniciarmos a caracterização do conjunto de significados inseridos no termo, assim como a sua relevância para as relações internacionais.

Como nos explica o autor, é uma “ideologia que surge camuflada de uma técnica flexível que visa um conjunto de procedimentos de eficácia e boa gestão da política neoliberal”[30], ao que acrescenta “trata-se de um sistema de geometria variável, de soluções flexíveis, atinentes a regular ou desregular o sistema político clássico do Ocidente, com vista a tornar mais efectivo e eficiente o poder dos Governos que de facto passam a responder efectivamente perante a oligarquia dominante (a título de parceria estratégica pós-moderna) e apenas tangencialmente perante os eleitorados.”[31]

Ora esta não mais era uma ideologia de políticos ou filósofos, nem de tiranos ou liberais, antes reflecte os interesses de uma classe dominante oligárquica eminentemente tecnocrata, focada na gestão dos grandes fluxos de capitais internacionais nos mercados globais, procurando incessantemente os maiores ganhos aos menores custos, e recorrendo secundariamente a formas de legitimação assentes em regimes eleitorais previamente condicionados e dirigidos por vários “maestros” que enformam a mesma música celestial. Quer falemos de opinião pública, dos media, de instituições públicas de ensino e investigação, de serviços públicos ou qualquer outra comunidade menor, está sempre patente uma “penetração de opções ideológicas no âmbito das leis constitucionais e outras, e nas estruturas e instituições delas derivadas”[32].

Nesta lógica, a anterior ideologia de Estado é substituída pela ideologia de regime internacional, composto por um número considerável de entidades estatais soberanas que respondem perante os mesmos oligarcas, e reflectem o modelo atrás mencionado. Novamente reiteramos as constantes e linhas de força do Ocidente, e como esses factores, condicionantes e variáveis de poder se interligam para constituir este modelo civilizacional alargado e tendencialmente universal.

A Luz da Geopolítica

Qual, então, o papel da Geopolítica para o entendimento do sistema das relações internacionais? Não outro que aquele da Estrela Polar para os caminhantes, marinheiros, e errantes – o de indicar o Norte. À semelhança da mais brilhante estrela do hemisfério, também a Geopolítica é um objecto inatingível e sempre inconclusivo, mas que não obstante, insiste em indicar o caminho para aqueles que a ela recorrem.

Com efeito, é através da análise das relações de poder ao nível local, regional, transregional e global, conforme ensina Colin Flint[33], que poderemos entender quais as alterações na balança de poderes, quais os mecanismos subjacentes ao complexo sistema internacional, e quais as tendências que permite antever. Logo, estudando as relações de poder entre os grandes espaços, com o sejam o Ocidente, cedo encontraremos respostas a algumas das perguntas que nos conduzem nesta dissertação. E a primeira conclusão a que chegaríamos seria aquela que reconhece a existência de interesses de sinal contrário aparente, dentro do próprio bloco civilizacional. No entanto, há também que considerar os diversos inputs provenientes do subsistema exterior, e que têm sido crescentemente abordados enquanto elementos fundamentais do macro sistema internacional global, como sejam as máfias, empresas multinacionais, organizações terroristas transnacionais, e outros actores não abrangidos pelo Direito Internacional Público, e, logo, não possuindo personalidade jurídica internacional.

Processos dinâmicos internos

Optámos por considerar os processos de mudança internos como dinâmicos, e não divergentes, pelo simples facto de que nem todos os processos que aparentemente dividam a classe dominante sejam necessariamente elementos de perda de unidade e coesão, ao que poderão ser inclusive factores de consolidação de posições partilhadas anteriores.

É importante realçarmos, antes de mais, a existência de duas tendências generalizadas que não sendo contra-correntes, contribuem positivamente para a construção de uma posição forte e íntegra da imagem, força e influência que o Ocidente transmite para o exterior. Enquanto nos Estados Unidos estas duas tendências tomam a forma de republicanos e democratas, já no Reino Unido são apelidados de tories e whigs, em França gaullistas ou liberais, e em Portugal socialistas ou sociais-democratas, ou no âmbito europeu por neomaquiavélicos e neokantianos, ou ainda e tradicionalmente por realistas e liberais. Como dissemos, e como é referido na obra *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, esta elite governante sucede-se no poder por cooptação simultânea e sucessiva, tomando a forma de dois partidos unicéfalos e siameses, conferindo ao sistema uma aparência de pluralidade e alternativa ao regime instalado que lhe confere legitimização, pelo menos para a larga maioria da opinião pública. A alternância de interesses e planeamentos estratégicos é, portanto, nula ou muito reduzida, embora possam existir algumas divergências relativamente a matérias limítrofes que não ameacem estruturalmente a prossecução dos fins da oligarquia instalada.

O exemplo mais paradigmático é o norte-americano, no qual as duas facções parecem opor-se incontestavelmente ao parecer da outra relativamente à questão do Iraque, sem contudo observarmos mudanças de fundo nesta vertente da sua política externa. Uma maioria democrata foi eleita para o Congresso com base na sua “firme” oposição contra a guerra no Iraque, prometendo cortes severos no financiamento da campanha e contribuição para a crescente falta de legitimidade e gradual contestação, interna e internacional. Entretanto, a amplitude das concessões até ao presente atribuídas não diminuíram na substância prometida a capacidade dos EUA fazerem guerra no Iraque, nem sequer questionam a presente administração Bush sobre a própria guerra. Nem questionam tampouco a guerra no Afeganistão, nem o imobilismo face ao Darfur.

E relativamente a matérias de divergência interna alargada a todo o Ocidente, nem a actual crise que concerne a instalação de um sistema de defesa anti-míssil em território europeu parece reflectir posições e perspectivas inconciliáveis quanto a questões de fundo, como a segurança colectiva e estabilidade, conclusão aliás partilhada por Colin S. Gray em “European Perspectives on U.S. Ballistic Missile Defense”[34]. Como noutras vezes no passado, os EUA continuam a contribuir com a maior fatia para o orçamento da OTAN, a constituir a ponta-de-lança do Ocidente contra potências emergentes, especialmente em matérias estratégico-militares, com uma retaguarda de apoio e sustentação desta exposição desgastante. Mais, nenhum país europeu considera abandonar a aliança, até hoje o mais forte e estável elo de ligação transatlântica, pela demonstração de insistência de algumas elites militares norte-americanas no sistema.

As excepções confirmam a regra, e esta é a de uma continuação do crescimento da aliança transatlântica, constituindo um pólo de atracção centrípeta para todo o seu near abroad, imiscuindo-se gradualmente em anteriores áreas de contestação/concorrência de potências. Nesta senda, regiões que anteriormente verificavam um afastamento dos grandes decisórios de poder, como a América do Sul e África Ocidental, observam as suas órbitas estratégicas pender, de forma gradual, para uma concepção alargada de segurança colectiva face a uma multiplicidade de ameaças, das quais o terrorismo transnacional afigura-se como o de solução mais premente.

[1] Lara, António; *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*; Almedina; 2007

[2] Lara, António; *A Grande Mentira: Ensaio sobre a Ideologia e o Estado*; Hugin; 2004

[3] Lara, António; *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*; Almedina; 2007; Cf. In palavras de apresentação

[4] Lara, António; *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*; ISCSP, 2005, pp. 458

[5] UN General Assembly Resolution Session 49/60

[6] Schmitt, Amigo e Inimigo, *The Concept of the Political*; Cfr. Maltez, Adelino; *Princípios de Ciência Política*; ISCSP, 2005

[7] Lara, António, *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*; ISCSP, 2005, pp. 38

[8] Lara, António, *A Grande Mentira*, Hugin, 2004, Cfr Introdução

[9] Lara, António, *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, ISCSP, 2005, pp. 460

[10] Lara, António, *A Subversão do Estado*, ISCSP, 2000, pags

- [11] Lara, António, O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente, Almedina, 2007, pp. 43
- [12] íbis, ibidem
- [13] íbis, ibidem
- [14] íbis, ibidem
- [15] Lara, António, Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão, ISCSP, 2005, pag 463
- [16] US Department of State, Cronologia do Terrorismo 1961-2003, disponível na Internet em: <http://www.state.gov/r/pa/ho/pubs/fs/5902.htm>
- [17] History of Terror Attacks, disponível na Internet em: <http://www.multied.com/Terrorhistory.html>
- [18] íbis, ibidem
- [19] Chronology of Major Terrorist Attacks Against U.S. Targets, disponível na Internet em: <http://www.cdi.org/terrorism/chronology.html>
- [20] Adriano Moreira, O Novíssimo Príncipe, Editorial Intervenções, 1977
- [21] Adriano Moreira, Ideologias e Política Internacional, AA do ISCSPU, 1968;
- [22] Moreira, Adriano e outros; Legado Político do Ocidente; Academia Internacional de Cultura Portuguesa; 1988;
- [23] Macedo, Jorge Borges; História Diplomática de Portugal: Constantes e linhas de força; Instituto de Defesa Nacional; 1987
- [24] Kjellén, Rudolf, Der Staat als Leben form; Cfr. Dias, Carlos; Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos; Prefácio; 2005
- [25] íbis, ibidem
- [26] Cuncliffe, Barry; Atlas of World History; Barnes & Noble; 1997
- [27] Gaddis, John Lewis; A História da Guerra-Fria; Edições 70; 2006
- [28] Kissinger, Henry; Diplomacia; Gradiva; 2007, 2ª edição
- [29] Disponível na Internet em: <http://www.dictionary.com/>
- [30] Lara, António, O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente, Almedina, 2007, pp. 30
- [31] íbis, ibidem
- [32] íbis, A Grande Mentira; Hugin; 2004; pp. 13
- [33] Ver: <http://nostrumtempus.blogspot.com/2007/12/escala-de-cdigos-geopoliticos.html>
- [34] Gray, Colin S.; European Perspectives on US Ballistic Missile Defense; disponível na Internet em: <http://www.nipp.org/Adobe/europe.pdf>

[1] Comentário analítico à obra “O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente” [1], do Professor Doutor Catedrático António de Sousa Lara. Este texto constitui a primeira parte de um trabalho mais completo que pode ser facultado a quem o solicitar de acordo com as instruções constantes na Secção “Contactos” deste site. Da segunda parte, o autor fez o seguinte resumo: «Feitas as devidas considerações de natureza teórico-conceitual, atentando ainda uma tipologia mais abrangente e exemplificativa da diversidade de acções terroristas que procuram subverter o poder e ordem instalada no Estado, serve de complemento uma análise pragmática dos fenómenos de terrorismo mais expressivos no mundo contemporâneo. Nesta análise referimo-nos à evolução histórica e novas dimensões que a ameaça terrorista apresenta ao Estado moderno, assim como nos referimos inclusivamente à lógica operacional do terrorismo nas seguintes regiões geoestratégicas: América do Norte, América Central e Caraíbas, América do Sul Andina, América do Sul Atlântica, Europa, África Magrebina, Corno de África, África Sub-Sahariana, Oceânia, Médio Oriente, Ásia Central, e os casos particulares da Turquia, Japão, Rússia, China e Índia. Com efeito, essa análise tem por motivo apresentar o “state-of-the-art” relativo a matérias de terrorismo, assim como o seu impacte e estratégias de contra-terrorismo, adoptadas.»

61 TEXTOS RELACIONADOS:

2011/11/07

OS DESAFIOS ACTUAIS ÀS INFORMAÇÕES MILITARES

Rui Vieira[1]

2011/02/06

UM PAÍS EM ESTILHAÇOS[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2011/01/10

2010 FOI UM ANO PERDIDO[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/12/27

A POLÍCIA QUE NÃO PODE PRENDER[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/12/12

A WIKILEAKS INAUGUROU O TERRORISMO DIGITAL[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/12/12

AINDA OS BLINDADOS E O PORQUÊ DAS COISAS

João José Brandão Ferreira

2010/11/28

SERVIÇOS SECRETOS, BLINDADOS E NATO[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/11/15

VENDER O PÂNICO[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/11/08

BLINDADOS DO “GOVERNO CIVIL DE LISBOA”. FALTA DE ESTRATÉGIA OU ESTRATÉGIAS OCULTAS?

Mário Machado Guedelha[1]

2010/10/31

UMA MENTIRA NA SEGURANÇA[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/09/19

A “GREVE” DOS POLÍCIAS[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/09/06

O “VERÃO NEGRO” DA SEGURANÇA[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/08/23

A PRIVATIZAÇÃO DAS POLÍCIAS[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/08/16

PRIVACIDADE OU SEGURANÇA[1]

Paulo Pereira de Almeida

2010/07/26

A (IN)UTILIDADE DA PJ[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/07/13

LIDERANÇA E SERVIÇOS SECRETOS[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/07/12

FORÇAS ARMADAS: INÚTEIS OU INDISPENSÁVEIS?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/07/10

UMA POLÍCIA ÚNICA?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/05/03

A ORGANIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES PÚBLICAS EM ÁREAS DE DESASTRES NATURAIS POR MEIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PRIVADOS

Fabrizio Bonela Dal Piero[1] (Brasil)

2010/04/28

ENERGIA, UM TEMA CENTRAL DE SEGURANÇA E DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/04/09

SEGURANÇA INTERNA VERSUS DEFESA

João Brandão Ferreira

2010/02/12

PROPRIOCEPÇÃO POLICIAL E MILITAR: O SEXTO SENTIDO HUMANO APLICADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO E DO TREINAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA.

Fabrizio Bonela Dal Piero[1](Brasil)

2010/02/05

PROACTIVO AJUSTE MENTAL. POLICIAL E MILITAR

Fabrizio Bonela Dal Piero[1](Brasil)

2009/05/20

A GEOPOLÍTICA: CIÊNCIA DO CONFLITO NO ESPAÇO DO PODER

António Paulo Duarte[1]

2009/05/03

GEOPOLÍTICA DA GUERRA

Manuel Saraiva

2008/07/17

SEGURANÇA E DEFESA NA ÁREA MEDITERRÂNEA[1](II PARTE)

Victor Mota[2]

2008/07/16

SEGURANÇA E DEFESA NA ÁREA MEDITERRÂNEA[1](I PARTE)

Victor Mota[2]

2008/06/05

ISLAMISMO RADICAL E JIHADISMO EM MARROCOS (I PARTE)

José Vale Faria

2008/06/05

ISLAMISMO RADICAL E JIHADISMO EM MARROCOS (II PARTE)

José Vale Faria

2008/06/01

A PASSAGEM ÁRTICA DO NOROESTE[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/05/16

A FALTA DE CONTROLE DE BENS MILITARES NOS ESTADOS UNIDOS

Marcelo Rech (Brasil)[1]

2008/05/09

A AMEAÇA CINZENTA (II PARTE)[1]

José Vegar[2]

2008/05/08

A AMEAÇA CINZENTA (I PARTE)[1]

José Vegar[2]

2008/04/14

A IMAGEM DUALISTA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)

2008/03/25

O QUE SERÁ A RÚSSIA DE MEDVEDEV?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/18

RETERRITORIZAÇÃO UTILIZANDO OS BIOMAS COMO UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Fernando Baggio di Sopra[1] (Brasil)

2008/03/16

EUROPA SOB UMA TRIPLA AMEAÇA DA AL-QAEDA

José Vale Faria [1]

2008/02/23

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO AFRICOM PARA OS EUA EM ÁFRICA

Luís Brás Bernardino[1]

2008/02/16

O QUE HÁ DE NOVO NA “INTELLIGENCE?”[1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/02/07

O TERRORISMO SUICIDA FEMININO: O CASO DOS TIGRES TAMIL

Daniela Siqueira Gomes [1]

2008/01/18

A SEGURANÇA NUCLEAR NO PAQUISTÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/01/07

NOVA ERA JIHADISTA NO MAGREBE[1]

José Augusto do Vale Faria[2]

2008/01/06

CRIMINALIDADE ORGANIZADA, TERRORISMO E INTELLIGENCE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO[1]

Fernando Silva Chambel[2]

2007/12/10

SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]

Jorge Silva Carvalho

2007/11/15

A IMAGEM PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DAS SUAS MISSÕES

José Castanho Paes

2007/10/08

DOCTRINA TÁTICA E ESTRATÉGICA NA GESTÃO DA ACTIVIDADE OPERACIONAL: A SEGURANÇA PESSOAL[1]

Luís Ribeiro Carrilho[2]

2007/09/30

A GEOPOLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE[1]

Irene Maria Nunes[2]

2007/07/04

TERRORISMO EM LONDRES: SERVIÇOS SECRETOS EM ALERTA[1]

Fábio Pereira Ribeiro[2]

2007/07/02

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DA LITUÂNIA

Daniela Siqueira Gomes[i]

2007/06/20

O SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA INTERNA (SISI) E A SUA ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA (SIRP)[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2007/06/17

A CIA, O IRAQUE E AS FALHAS DA INFORMAÇÃO

Francisco Gomes[1]

2007/06/15

SERVIÇOS SECRETOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: FORÇAS DE BASTIDORES DA POLÍTICA INTERNACIONAL OU UM NOVO CAMPO DE ESTUDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS? [1]

Fábio Pereira Ribeiro[2]

2007/06/05

O SUCESSOR DE PUTIN

Alexandre Reis Rodrigues

2007/04/15

SEGURANÇA E DEFESA: UM ÚNICO DOMÍNIO?

Francisco Manuel Gomes[1]

2007/03/24

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (3ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/03/23

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (2ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/03/22

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (1ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/01/21

OS RECURSOS ENERGÉTICOS DO CAZAQUISTÃO E OS SEUS EFEITOS NO REALINHAMENTO ESTRATÉGICO: UM NOVO GRANDE JOGO?

Hugo Palma[1]

2007/01/20

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (III PARTE)

João Brandão Ferreira

2007/01/19

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOEPOLÍTICAS (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2007/01/18

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (I PARTE)[1]

João Brandão Ferreira